



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

REFLEXÕES SOBRE A EDUCAÇÃO TECNICISTA NO BRASIL: ANÁLISE CRÍTICA DO PASSADO PARA PENSAR O PRESENTE

Enock da Silva Peixoto

Docente I da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro. Licenciado em Filosofia pela UNISAL (Universidade Salesiana); Licenciado em Pedagogia pela UNIRIO - Cederj (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro). Mestre em Educação pela UNIRIO. enockpeixoto@hotmail.com

Luiz Fernando Nunes

Professor da rede privada e pública do Rio de Janeiro. Vínculo: Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro. Formação: Licenciado em História; Pós-Graduação: Educação Tecnológica; Pós-Graduação: Educação e Contemporaneidade.

RESUMO

No texto que segue vislumbramos abordar uma análise crítica sobre a educação tecnicista no Brasil, que ocorrera no período da ditadura militar. Refletiremos como o supracitado sistema de ensino desprivilegiou uma formação discente que visa o surgimento de indivíduos singulares e afirmadores daquilo que é próprio, predominando uma concepção de educação produtivista naquele período de nossa história. Para nós, não é incorreto afirmar que tal protótipo, em muitas circunstâncias, continua vigente, tendo deixado os seus efeitos em muitas práticas pedagógicas atuais. Nosso objetivo, neste contexto, é trazer reflexões sobre aquele momento da vida educativa nacional e desse modo, contribuir para a vigilância diante do sempre iminente perigo de sermos assolados por concepções politico-pedagógicas que visam o controle extremo dos indivíduos. Para além da concepção de educação como formação humana, queremos indicá-la como transformação, pois a formação pode remeter a um modo de disciplinarização das ações e do pensamento, mas a transformação indica que somos seres sempre em devir, em constante mudança e por isso, concepções pedagógicas mais flexíveis, que levam em conta as diversas diferenças inerentes à existência precisam ser efetivadas. O nosso texto visa apresentar a educação tecnicista como portadora de uma pedagogia que privilegia o controle do ser humano ou o compreende utilitariamente, sendo este apenas objeto para criar mão de obra adequada para servir a interesses que não tem como foco primordial a sua singularidade, mas são chamados a servir a forças externas a ele como os interesses que movem a especulação do mercado e da esfera econômica. Essas são certamente forças que merecem o interesse do ato de educar, mas devem estar a serviço da vida e não podem sobrepor-se ao principal primor da educação- os humanos.

Palavras Chave: educação; tecnicismo; transformação.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho objetivamos analisar o pensamento tecnicista no Brasil no período da ditadura, que ocorrera nas décadas de 60-80 do século XX. Não pretendemos estabelecer um paralelo com o



modelo escolar atualmente vigente no nosso país, o que pareceria ser um anacronismo, um deslocamento no tempo histórico e na forma de pensar o mundo. Somos conscientes que o nosso sistema está constituído dentro de um período histórico e com intenções diversas daquilo que ocorreu no militarismo brasileiro, entretanto, o nosso objetivo é trazer à tona problemas daquela época e a partir deles, refletirmos sobre os resquícios de seus efeitos que continuam presentes sendo na realidade político-pedagógica contemporânea.

O texto partirá de três movimentos: primeiro destacaremos a proposta de educação tecnicista no período da ditadura militar, no momento seguinte, as circunstâncias políticas que levaram a uma concepção tecnicista de educação. E finalmente, os interesses econômicos que influenciaram a elaboração da educação tecnicista. Este estudo enfatiza as intenções, circunstâncias políticas, influências externas e internas que propiciaram a geração daquele modelo educativo. Ressaltamos que não pretendemos fazer uma análise específica sobre os diversos pontos e a vasta literatura que abarca este tema. Deter-nos-emos em aspectos que nos auxiliam na reflexão sobre o perigo de um sistema que destina a educação dos nossos jovens apenas ou prioritariamente a questões práticas.

METODOLOGIA:

O presente trabalho é uma pesquisa de cunho bibliográfico. O embasamento teórico principal serão as obras do filósofo da educação brasileiro Demerval Saviani. Essa bibliografia primária e as secundárias que indicamos nas referências deste texto deverão ser acrescentadas de outras leituras, para quem pretende aprofundar o assunto sobre a educação tecnicista no Brasil. Reafirmamos que não pretendemos trazer uma novidade no campo das pesquisas sobre o tema, mas destacamos a relevância de não esquecermos fatos desastrosos que ocorreram em nossa recente história da educação. Atentamos ainda sobre a necessidade, mediante o ainda frágil e sempre ameaçado sistema de educação pública, de pensarmos em possibilidades mais transformadoras de *formar* o “espírito humano”.

1.1 A proposta de educação tecnicista no período da ditadura militar

Durante o período da ditadura militar no Brasil se tornou necessário uma organização social que respaldasse um governo autoritário e vários campos, entre eles, a educação foram atingidos pela sistematização daquela realidade político-social. Saviani (2008) fará uma análise deste momento histórico afirmando que o escolanovismo passava por sinais de exaustão e a desilusão se alastrou nos meios educacionais. A crença na superioridade da Escola Nova frente à pedagogia tradicional



se tornou ineficaz. Surgiu então uma espécie de escola nova popular, sobretudo com Freinet e Paulo Freire, e de outro lado, impunha-se uma pedagogia preocupada com a eficiência instrumental, articulando-se ao que Saviani define como pedagogia tecnicista. O objetivo desta educação, baseada no modelo fabril era que o trabalho educacional fosse objetivo e operacional. Sobre este tema Saviani afirma (2008, p.10):

Buscou-se planejar a educação de modo a dotá-la de uma organização racional capaz de minimizar as interferências subjetivas que pudessem por em risco sua eficiência. Para tanto, era mister [...] mecanizar o processo. Daí a ploriferação de propostas pedagógicas tais como o enfoque sistêmico, o microensino, o teleensino, a instrução e propaganda, as máquinas de ensinar etc.

Inicia-se um processo de organização racional dos meios educacionais, sendo que professor e alunos adotam um papel secundário, diferente do que ocorrera na educação tradicional, na qual o docente era o centro no processo de ensino e do que ocorrera na pedagogia nova, onde o aluno era o centro e defendia-se a relação intersubjetiva entre este e o professor. Na educação tecnicista, professores e alunos são executores de um movimento coordenado por supostos especialistas. Será o processo e não mais a relação professor aluno (como no escolanovismo) que decidirá o que docentes e discentes deverão executar (SAVIANI, 2008). Ocorre uma busca que pretendia superar a incompetência, a ineficiência improdutiva. Por isso, era necessário formar indivíduos eficientes, capazes de contribuir para o aumento da produtividade na sociedade. Na pedagogia tecnicista o enfoque fôra no aprender a fazer, em detrimento da pedagogia tradicional, centrada no aprender e da escolanovista, no aprender a aprender (SAVIANI, 2008).

Os estudos feitos por Saviani brevemente supracitados nos indicam que se priorizou a educação técnica tentando-se transpor para o sistema de ensino o sistema fabril, procuram-se formar indivíduos habilitados a exercerem funções práticas para suprir as deficiências do mercado de trabalho, mas, a escola estava sendo então um instrumento a serviço da indústria e não para a formação plena do ser humano. Analisemos, agora, algumas razões políticas que impulsionaram no país ações que sustentaram essa postura pedagógica tecnicista.

1.2 Circunstâncias políticas que levaram a concepção tecnicista de educação

Utilizaremos, dentre outros, os estudos de Demerval Saviani para analisarmos as circunstâncias políticas, geradoras da educação tecnicista. O autor destaca que o projeto que deu origem a Lei 5692/71 que veio fixar as normas para o ensino de primeiro e segundo graus, foram elaborados por um grupo instituído pelo presidente Emílio Garrastazu Médici através do decreto 66.600 de 20 de



maio de 1970 (SAVIANI, 1986). Após diversos trâmites a lei fôra aprovada em 11 de agosto de 1971.

Como acenamos no início deste texto, era necessário que o regime militar instituísse uma legislação que fundamentasse a nova ordem social e econômica estalelecida após o golpe de 1964 e a Lei 5692/71 refletiu esta intenção. Saviani cria a expressão “autoritarismo triunfante”, ao destacar este período, é o momento dos projetos “Pátria Grande” e “Brasil-Potência”, dentro do governo Médici, cujo processo político e educacional foi dirigido pelos “donos do poder”. O regime militar havia triunfado e, além disso, abarcava um triunfalismo visando à consolidação de uma “democracia excludente”. A censura à imprensa, proibição de greves, cassações, fechamento de entidades etc, consumavam este processo de exclusão (SAVIANI, 1986). Diferentemente do que ocorreu com a discissão da lei 5540/68, quando alguns potestos da oposição ocorreram, com a lei 5692, não houve protesto por parte da sociedade e a oposição estava silenciada (SAVIANI, 1986). Resumidamente podemos afirmar que a educação se tornou um sistema mantenedor do *status quo*. Ocorre uma demasiada preocupação com a profissionalização, observemos o que acentua uma das ementas acrescidas à constituição: *o caminho a trilhar não é outro senão o de converter a excessão em regra, fazendo que o segundo grau sempre se conclua por uma formação específica*. Saviani considera admirável a fidelidade do Congresso ao manterem a originalidade do espírito do projeto elaborado pelo poder executivo (SAVIANI, 1986). É explícita a presença da manipulação do poder instituído, conseguindo manter o silêncio da sociedade, da oposição e deste modo consolidando uma falsa democracia.

Mesmo que de forma sintética, quisemos indicar que a intenção da lei 5692/71, que priorizou uma educação tecnicista, tivera uma proposta política de manutenção do poder autoritário instituído com o golpe militar de 1964. Passemos a analisar a seguir os interesses externos e internos que subjazem a esta posição política do governo brasileiro da época.

1.3 Interesses econômicos que influenciaram a elaboração da educação tecnicista

Saviani aponta que a fundação do Ipes, Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, fundado por um grupo de empresários dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, em 1961, articulado com empresários multinacionais e com a Escola Superior de Guerra, trouxeram amplas consequências para a educação. O Ipes agiu de forma ideológica sobre vários setores da sociedade brasileira e entre as atividades realizadas no campo da educação esteve o “simpósio sobre a reforma da educação”. O objetivo era discutir uma política educacional que contribuisse para o rápido



desenvolvimento econômico e social do país. O ensino deveria assegurar o aumento da produtividade e da renda. A escola primária, então, deveria capacitar para habilidades práticas. O ensino médio deveria preparar profissionais necessários ao desenvolvimento econômico e social do país demandando deste a mão de obra qualificada. Ao ensino superior atribuíam-se a função de formar mão de obra qualificada e preparar os dirigentes do país (SAVIANI, 2010). No entanto, é possível verificar que o próprio Regime não estabeleceu formas para a implementação dessas políticas para o aumento de produtividade pós-ensino superior. À época do “Milagre econômico”, por exemplo, o país, além de arcar com altíssimas taxas de juros nos empréstimos junto às instituições financeiras, sofria com a falta de qualificação técnica para as obras de infraestrutura. Ao mesmo tempo em que o PIB brasileiro subia – e gerava excelente propaganda política – o salário mínimo decrescia com perdas que, considerando os índices inflacionários do período, chegavam a 25%.

A reforma da educação nesse período era vista como essencial às classes dominantes. Os últimos anos da década de 1950 revelaram um significativo aumento de matrículas no ensino superior, por exemplo: algo em torno de 150%, fazendo que a quantidade de inscritos nos cursos superiores disponíveis saltasse de 37.584 alunos para 93.002. (MORAES, 2011). Os repasses governamentais também aumentaram, mas evidenciaram a luta política também no campo educacional, colocando em lados opostos setores populares ou de caráter reformistas, em consonância com ideia de ampliação da educação pública, e grupos econômicos, defensores da privatização das escolas de todos os níveis.

Não raro, esses grupos travavam embates ideológicos ou não. Já antes de 64 a União Nacional dos Estudantes- UNE, se organizava em torno das contundentes críticas ao modelo educacional brasileiro, sobretudo ao que foi fruto da Revolução de 1930. Em 1962, no Segundo Seminário Nacional de Reforma Universitária, ocorrido em Curitiba, a UNE divulga a Carta do Paraná, documento que era composto por propostas para se chegar às reformas necessárias na base social brasileira. Entre essas propostas, destacava-se a maior participação dos alunos em órgãos colegiados em suas instituições de ensino. (MORAES, 2011). Dois anos mais tarde, a cúpula do Regime Militar dedicaria atenção especial à organização estudantil. Nos mostra Poerner um depoimento dos estudantes Antônio Noronha Filho e Pedro Meira, do Diretório Central dos Estudantes Livre da UFRJ:

No dia 1º de abril de 1964, o golpe militar mostrou, instantaneamente, a sua disposição com os estudantes. Destruído o governo legal, a UNE foi invadida, saqueada e queimada, num paroxismo do ódio que escapa ao terreno puramente político para cair na esfera psiquiátrica. A ditadura, impondo ao país um custo de desenvolvimento em que todos os aspectos da vida



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

nacional se subordinam aos interesses de outra nação (*conforme o Ministro Juraci Magalhães, o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil*), não poderia deixar de ter seu pensamento quanto à universidade e ao estudantado... (POERNER, 2004 p. 201-202).

O Ipes também organizou o fórum “A educação que nos convém”, apesar de haver divergências de enfoque entre os conferencistas, há um sentido geral no que se refere aos encaminhamentos da política educacional no país. Afirma Saviani sobre o tema:

Esse sentido geral é traduzido pela ênfase nos elementos dispostos pela teoria do capital humano; na educação como formação de recursos humanos para o desenvolvimento econômico dentro dos parâmetros da ordem capitalista; na função de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho atribuída ao primeiro grau de ensino; no papel do ensino médio de formar, mediante habilitações profissionais, a mão de obra técnica requerida pelo mercado de trabalho (SAVIANI, 2010, p. 344-345).

Observemos que a preocupação do Ipes está diretamente voltada para o interesse mercadológico, de formar indivíduos qualificados, aptos a atenderem os interesses capitalistas e a educação seria predominantemente um instrumento de preparação para o trabalho. Fica evidente, então, que aspectos que ultrapassam a realidade apenas utilitária do ato educativo não são contemplados.

Saviani afirma que os empresários ligados ao Ipes estavam articulados com empresários norte-americanos e contavam com a colaboração financeira daqueles, o que estreitou a relação com os Estados Unidos. A partir dessa parceria celebraram-se acordos de financiamento da educação brasileira, intermediados pela USAID¹, e foram assinados vários contratos de cooperação, os “acordos MEC-USAID” (SAVIANI, 2010). Este é um fato sintomático da formação discente em nosso país, a educação sendo financiada por grupos estrangeiros com o objetivo claro de a nossa mão de obra, da nossa inteligência, estarem a serviço de interesses externos e não efetivamente servindo a construção de um projeto de nação voltado para os nossos reais interesses.

A sustentação teórica da educação tecnicista se baseia na psicologia behaviorista, na engenharia comportamental, na ergonomia, informática, cibernética, que tem o positivismo e o funcionalismo como base filosófica (SAVIANI, 2010). Tal teoria acabou levando a uma reorganização extremamente burocrática das escolas. Sobre este aspecto afirma Alexandre Tavares do Nascimento Lira (2010, p. 223):

A adoção desta proposta levou à reorganização das escolas e favoreceu um processo crescente de burocratização, que ocorreu através de instruções minuciosas para os vários procedimentos. O controle era estabelecido pelo preenchimento de um

¹ Os acordos MEC-USAID ocorreram entre o Ministério da Educação do Brasil e a United States Agency for International Development (USAID), uma agência do governo federal dos Estados Unidos que tem como objetivo atuar em programas de assistência em todo o mundo, entretanto, no período da ditadura militar brasileira, apoiou o regime totalitário e buscou influenciar a educação brasileira de acordo com os interesses americanos.



conjunto de formulários. Estes procedimentos simbolizavam a subordinação crescente do trabalho docente às formas de controle e apropriação.

A escola passou a ser associada ao processo produtivo, alunos e professores estão submissos ao sistema, logo, não há abertura para a criatividade, para a construção de caminhos próprios diante da existência, o espaço para a autonomia estava radicalmente comprometido. É significativa a autocrítica feita por Magda Soares (1991, p. 80-82), que fizera parte do grupo que integrou a formulação da Lei 5692/71:

Vejo-me [...] aderir a uma tecnologia de ensino determinista, baseada em predição e controle (objetivos comportamentais, testes de múltipla escolha, instrução programada e outros procedimentos de ensino de inspiração behaviorista); vejo-me lutando por maior “eficiência” e maior produtividade do ensino e do sistema educacional [...]. As palavras de ordem, nessa época, lembro-me bem, eram a eficiência e a eficácia [...] produtividade, racionalização, operacionalização, plena utilização de recursos.

Os aspectos que levantamos sobre a ideologia tecnicista no Brasil não abarcam todas as características daquele sistema, entretanto, o que nos propomos foi analisar a intencionalidade de uma proposta educacional que priorizou os elementos práticos da educação visando, sobretudo, a criação de indivíduos habilitados para cobrirem as lacunas presentes no mercado de trabalho quanto à mão de obra qualificada. Além disso, tratava-se de uma educação que não favorecia a reflexão, pois, buscava formar seres humanos que agem e não seres humanos que agem e pensam. Com a nítida intenção de manter o poder repressor vigente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No presente trabalho, por se tratar de uma pesquisa voltada para analisar os fundamentos da educação, não pretendemos apresentar resultados concretos, mas aguçar a discussão sobre o equívoco que fora estabelecer um modelo tecnicista de educação, que ainda deixa muito de suas marcas em nossa história, visando contribuir para a reflexão de que nós, docentes do presente, precisamos nos distanciar cada vez mais dessa influência. Vimos que na educação tecnicista, professores e alunos executavam um movimento coordenado por supostos especialistas sendo os primeiros limitados por um processo e não mais pela relação professor-aluno que direcionava a ação docente. O enfoque no aprender a fazer é o que se tornou mais determinante. Ora, esta é uma postura em radical dissonância com a liberdade tanto do discente quanto do docente na ação efetiva de forjar uma formação humana plena, pois nem mesmo os meios pelos quais esta relação ocorria eram dominados pelos principais interlocutores. Existia um mecanismo externo, representado pelos



“especialistas” que ditavam as regras de como o processo deveria ocorrer. Neste contexto, bem de acordo com o modelo behaviorista, os comportamentos são medidos e calculados, tendo em vista a obtenção de um resultado prático cujo fim último é servir aos interesses radicalmente externos a quem aprende e ensina.

Talvez seja o tempo adequado da história para pensarmos a transformação como uma oposição à formação, como indica Sílvia Pimenta Veloso Rocha: “[...] se a formação repousa sobre a transmissão de um conteúdo (ela se define mesmo exatamente por isso), a transformação remete a uma mudança de lugar, ao deslocamento dos pontos de vista: cada nova perspectiva instaura, por sua vez, uma nova verdade” (ROCHA, 2006, p. 274). A esfera da transformação acentua o devir presente na vida e no ser humano diferindo da formação, termo mais adequado para a educação tecnicista, voltada para ações predominantemente práticas. O que fazer de concreto, o que trazer como resultado diante dessas questões? Pensar sobre elas já é um caminho, há a necessidade de assumirmos o risco de sermos diferentes, de deixar de pensar a educação a partir da falta e passar e pensar a partir do excesso:

Educar a partir da “falta” seria ignorar o aspecto vital da educação, desprezando os sentimentos, os impulsos, as intuições, as relações existenciais que vão além da capacidade racional de conceber o mundo. Explorar o excesso, por sua vez, seria em nossa interpretação, dar vazão às forças vitais que emergem da potencialidade criativa e que move todo ser humano, o que contribuiria para que a escola não fosse um espaço de cerceamento da criatividade, mas, contrariamente, um lugar apropriado para que esta se desenvolvesse. Saber explorar o excesso, não temê-lo, é um caminho que precisamos aprender (PEIXOTO, p. 64, 2013).

Em uma educação para a transformação, neste contexto, o discente e o ser humano em geral é concebido como alguém em constante devir, que carrega em si a força criativa da própria natureza, da própria vida, que se recriam sempre. Nós, criamos modos de pensar o mundo no qual uma perspectiva essencialista e estática da existência predominaram e o reflexo desta visão no modo como a educação é conduzida é evidente. A transformação indica que não há ponto fixo, que o ser humano é uma potencia sempre em construção e qualquer tentativa pedagógica de limitar este movimento natural da vida é uma afronta às próprias forças corporais que nos movem.

ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

Nós não desconsideramos que o saber específico é fundamental para o desenvolvimento de um país. A formação de mão de obra qualificada pode ser um importante espaço para colocar o jovem no mercado e melhorar as deficiências que temos em vários campos, nos quais faltam profissionais qualificados para suprir determinadas funções. Com isto, queremos sustentar que é importante



formarmos técnicos, pessoas aptas a desenvolverem com habilidade e qualidade as suas atividades, mas esta não pode ser a prerrogativa estrita da educação. Somos seres que contemos capacidades e possibilidades que vão muito além das ações práticas. Ademais, no período da ditadura, a preocupação primordial era formar pessoas capazes de suprir as lacunas do mercado e em grande parte, este direcionamento estava associado aos interesses de grupos estrangeiros, como pudemos detectar na associação do governo brasileiro da época com o “acordo MEC-USAID”. A educação no Brasil precisa estar voltada para o desenvolvimento pleno de nossas inteligências, instruindo de modo eficaz pessoas de todas as classes sociais que possam assumir atribuições em todas as áreas do saber. Houve uma melhora significativa neste ponto nos últimos anos, mas ainda há um modelo de escola para ricos e pobres, profissões para ricos e pobres e normalmente, as pessoas de poder aquisitivo menor, que recebem uma escolarização menos qualificada, acabam tendo que se submeterem a trabalhos menos qualificados também.

A educação é ainda um caminho pelo qual é possível reverter tal quadro. Somos um país vasto em criatividade e capacidade de inovação, por isso, é urgente proporcionarmos aos nossos talentos juvenis uma *formação* com enfoques mais amplos, que busquem aperfeiçoar o ser humano nas várias instâncias que incidem sobre nossas vidas.

Normalmente, tanto no sistema formal de ensino, como no informal, é comum ensinarmos os nossos jovens a repetirem conhecimentos, fatos, informações e muitas delas alheias a eles. Isto não significa que dominar os códigos que os homens foram acumulando durante os séculos não seja de extrema relevância, mas é preciso se pensar em um ensino no qual não se tenha vergonha de perguntar por si mesmo, por estudar a si mesmo, por afirmar, sem falsa humildade a potencialidade que é própria, um modelo de ensino que emerge deste pensamento poderá levar a atitudes mais prospectivas e criativas, nas quais, assim como ocorria na *ágora* grega, cada um tinha a necessidade de viver entre os seus iguais, ou seja, a coletividade era salvaguardada, mas também se sentia uma forte necessidade de revelar a si mesmo, pois a preocupação não era em repetir modelos externos, mas afirmar o que era mais original em si, no meio da coletividade. Uma educação que visa apenas o aspecto técnico da formação humana não possibilita esta valorização da singularidade e nós estamos sempre incorrendo neste perigo. Se não vivemos mais uma ditadura militar, vivemos uma ditadura do mercado e geralmente é este que impõe as regras para a educação e por isso, devemos ter sempre o cuidado para não minar o nosso bem mais precioso, as inteligências do Brasil, que estão espalhadas em todos os cantos do país e em todas as classes sociais.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

REFERÊNCIAS

LIRA, Alexandre Tavares do Nascimento. *A Legislação de educação no Brasil, durante a ditadura militar entre (1964-1985): um espaço de disputas*. Universidade Federal Fluminense, Niteroi, 2010.

MORAES, Denis de. *A Esquerda e o Golpe de 64*. Expressão Popular, São Paulo: 2011.

NEVES, Lúcia Maria W. *A Nova Pedagogia da Hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso*. São Paulo, Xamã: 2005.

PEIXOTO, Enock da Silva. *Nietzsche, uma perspectiva sobre a educação em Assim falou Zarathustra*. Dissertação de Mestrado em Educação- Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro- UNIRIO, 2013.

POERNER, Arthur. *O Poder Jovem: História da participação política dos estudantes desde o Brasil-Colônia até o governo Lula*. Book Link, Rio de Janeiro: 2004.

ROCHA, Sílvia. P. V. *Torna-se quem se é: educação como formação, educação como transformação*. In: FEITOSA, Charles; BARRENECHEA, Miguel Angel de; PINHEIRO, Paulo (Orgs.). *Nietzsche e os gregos: arte, memória e educação*. Assim Falou Nietzsche V. Rio de Janeiro: DP&A, Faperj, Unirio; Brasília, DF: Capes, 2006.

SAVIANI, Demerval. *O Congresso Nacional e a Educação brasileira. Significado do Congresso Nacional no processo de elaboração das leis 4024/61, 5540/68 e 5692/71*. Universidade Estadual de Campinas. 1986.

_____. *Pedagogia Histórico Crítica*. 10ª edição Campinas. Autores Associados, 2008.

_____. *História das Ideias pedagógicas no Brasil*. 3ª edição: revista conforme nova ortografia. Campinas. Autores Associados, 2010.

SOARES, Magda. *Metamemória – memórias: travessia de uma educadora*. São Paulo, Cortez, 1991.